

O combate à pobreza: cooperação China-ONU e agenda 2030

ISIS PARIS MAIA
LUCIANA PAZINI PAPI
DIEGO PAUTASSO

RESUMO: Em 2020, a China atingiu a meta de seu 13º Plano Quinquenal, retirando cerca de 850 milhões de pessoas da extrema pobreza. Pretendemos entender como se dá a convergência entre China e ONU na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Agenda 2030. Temos como hipótese que o combate à pobreza na China resulta de persistente modernização econômica, ao invés de programas sociais compensatórios. Desse modo, o país asiático confere legitimidade à erradicação da pobreza doméstica e à sua atuação diplomática global.

PALAVRAS-CHAVE: China. Agenda 2030. Pobreza.



The fight against poverty: China-UN cooperation and the 2030 agenda

ISIS PARIS MAIA

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do NUPEGEM - UFRGS.
E-mail: isisparismaia@gmail.com.

LUCIANA PAZINI PAPI

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do curso de graduação em Administração Pública e Social da UFRGS.
E-mail: luppapi@yahoo.com.br.

DIEGO PAUTASSO

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Colégio Militar de Porto Alegre.
E-mail: dgpautasso@gmail.com.

ABSTRACT: In 2020, China reached the target of its 13th Five-Year Plan, lifting around 850 million people out of extreme poverty. We intend to understand how the convergence between China and the UN takes place in the implementation of the Millennium Development Goals and the 2030 Agenda. Our hypothesis is that the fight against poverty in China has been the result of a persistent economic modernization, instead of compensatory social programs. In this way, the Asian country gives legitimacy to the eradication of domestic poverty and its global diplomatic performance.

Keywords: China. Agenda 2030. Poverty.

RECEBIDO:26/11/2021

APROVADO:22/02/2022

1 Introdução¹

Em 2020, a China atingiu a meta de seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020) de erradicação da pobreza extrema. Segundo Martin Raiser, diretor do Banco Mundial², foram 850 milhões de pessoas que escaparam da pobreza absoluta pela Linha Internacional de Pobreza de U\$ 1,90 – o que corresponde a 70% da população mundial retirada dessa condição desde 1980. Todavia, ainda restam cerca de 180 milhões de pessoas em pobreza relativa, medida por U\$ 5,50 dólares referentes aos países de renda média alta, como a China.

Trata-se de um longo e tortuoso percurso de reconstrução nacional ocorrido desde a revolução de 1949 que pôs fim ao *Século de Humilhações* (LEÃO, 2012) e seu conseqüente colapso civilizacional. De caráter antifeudal e antiimperialista, entre as prioridades do novo governo liderado pelo Partido Comunista (PCCh) estava a mitigação da pobreza e da fome, simbolizada pela promessa de ‘tigela de ferro de arroz’ para cada chinês. A modernização econômica foi responsável pela acelerada mobilidade social do país oriental, de modo que a maior redução da pobreza absoluta ocorreu entre 1990 e 2010, no contexto da arrancada industrial, quando a proporção despencou de 66,3% para 11,2% da população chinesa.

Analisando em perspectiva global, a partir dos anos 1980 a temática da pobreza deixou de estar ligada à questão social e ao processo de desenvolvimento. Com o advento do neoliberalismo, o foco se deslocou do acesso a bens públicos universais para as carências individuais através de políticas focalizadas. Os próprios Organismos Internacionais (OI) impunham agendas liberalizantes e programas de assistência social compensatórios na esteira da fragilização do Estado de Bem-estar Social. No movimento contrário, no Leste da Ásia, o desenvolvimento tem sido a força motriz da mobilidade social, em compasso com a estruturação de políticas de bens de utilidade públicos. Ou seja, na China, o Estado de Bem-estar está em processo de construção, enquanto

1 Este artigo científico deu origem a uma versão editada para o grande público, cujo título é **A cooperação China-ONU e a Agenda 2030: o engajamento chinês no combate à pobreza**, publicado nos sites *Outras Palavras, Internacionalismo do séc.XXI e Bonifácio*.

2 Ver discurso do diretor do Banco Mundial no portal da instituição (cf. WORLD..., 2021).

em grande parte do Ocidente está em curso seu desmantelamento na esteira da implantação da agenda neoliberal desde os anos 1980 (LOSURDO, 2016), fazendo recrudescer a polarização social (PIKETTY, 2014).

Assim, enquanto fortalece seu desenvolvimento econômico e social, a China tem ampliado sua assertividade internacional com a virada para o século XXI, sobretudo a partir da liderança de Hu Jintao (2003 - 2013). Isso ocorre sem que a China se coloque como uma potência revisionista, mas, ao contrário, como um país interessado em assumir responsabilidades na governança mundial - mesmo que não esconda seu desejo de reformar tais instituições para que reflitam melhor seu poder e interesses aumentados (ZHAO, 2016). Por isso a China tem buscado promover novos mecanismos de governança mundial, incluindo desde Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), passando por instrumentos multilaterais de concertação política e cooperação, como a Parceria Econômica Abrangente Regional, o BRICS, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), o Fórum de Boao para a Ásia e, sobretudo, a Nova Rota da Seda (STUENKEL, 2018).

Com efeito, o engajamento chinês nos mecanismos tradicionais e novos de governança multilateral tem se ampliado, como revela a convergência da China com a ONU e a Agenda 2030. Nesse sentido, no artigo em questão, pretendemos responder o seguinte problema: como a China incorpora as diretrizes da ONU em seus projetos ligados à erradicação da pobreza, tanto em âmbito doméstico quanto em âmbito internacional? O objetivo é compreender a convergência diplomática China-ONU na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, prioritariamente voltados à vulnerabilidade social.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: i) reconstituir a genealogia da Agenda 2030, trazendo o debate dos organismos internacionais sobre o combate à pobreza e inclusão social em perspectiva histórica; ii) mapear a cooperação China-ONU no âmbito da Agenda 2030 ligados ao combate à pobreza e iii) discutir a repercussão desse engajamento para a inserção internacional da China e a governança mundial.

A hipótese fundamental é que a cooperação da China com a ONU revela uma mudança qualitativa da atuação do país oriental. Ou seja, Pequim não apenas desenha suas políticas em acordo com a Agenda 2030, como atua para sua promoção em escala global, posto que influencia outras experiências na periferia do sistema. Em outras palavras, isso demonstra um maior engajamento da China na governança mundial - ao invés de potência revisionista - e, simultaneamente, maior capacidade de absorver estas agendas para dar maior legitimidade às suas ações diplomáticas. Tudo isso ocorre sem que a China comprometa sua estratégia de desenvolvimento avessa à agenda neoliberal e sua abordagem para a questão da pobreza, por exemplo.

Assim, o artigo busca contribuir com o debate acerca do papel da China na transição sistêmica (ARRIGHI, 2008), tendo em vista as profundas mudanças que têm ocorrido na distribuição de riqueza e de poder no mundo desde o fim da Guerra Fria. A ascensão da China tem recrudescido a competição político-econômica entre os polos de poder e reduzido a capacidade de arbitragem dos EUA (FIORI, 2007), bem como sua primazia sobre a governança mundial. Tal pesquisa exploratória se ampara ainda em documentos oficiais, notadamente *Poverty Alleviation: China's Experience and Contribution*³ e *China's Progress Report on Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development (2019)*.⁴

Para responder aos objetivos do trabalho, nas páginas que seguem trazemos a reconstituição do debate internacional sobre a pobreza que culminou com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A seguir apresentamos um panorama histórico de como a China tem atuado no combate à pobreza. Finalizamos com os dados acerca da convergência entre China e ONU na implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3 Ver o livro branco recém-publicado (cf. CHINA, 2021).

4 Ver relatório oficial, disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/2030kcxzfzyc/. Acesso em: 10 jan. 2022.

2 O combate à pobreza internacional e a agenda 2030

Em que pese o ciclo de destruição das Grandes Guerras (1914 - 1945) ter levado uma massa populacional à pobreza, forjou-se certo consenso acerca do desenvolvimento, impulsionada por OIs, sob liderança estadunidense,⁵ como a ONU, seus Programas e Fundos (UNCTAD, PNUD, etc.), suas Comissões Regionais (CEPAL, ECA, etc.), suas Agências Especializadas (FMI, FAO, etc.), bem como o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento (Banco Interamericano do Desenvolvimento BIRD, Banco de Desenvolvimento Asiático, etc.).

Pautados em uma noção estrita de desenvolvimento, um conjunto de teorias econômicas (PEREIRA, 2016) referendaram a ideia de crescimento econômico medido pelo PIB como uma solução imediata dos problemas sociais. Ou seja, a ideia de que a renda tende a se desconcentrar após uma fase ascendente sustentada de crescimento econômico, em um “efeito gotejamento” (*trickle down*) da renda para os estratos mais baixos da estrutura social (PEREIRA, 2016). Com efeito, os anos pós-Guerra foram de grande crescimento econômico internacional e de modelos de Estado centrados, como o keynesianismo dos Estados de Bem-estar Social no centro do sistema, o desenvolvimentismo e/ou os países socialistas. Assim, a pobreza era função da questão social e do desenvolvimento e, por isso, estava ligada a transformações estruturais.

A partir dos anos 1970 o tema da pobreza passa a assumir relevo na agenda prioritária das OIs, inclusive como forma de responder ao contexto de crescimento demográfico acelerado e a rápida urbanização, resultando em amplos processos de favelização. Em 1974, o Banco Mundial lança o livro *Redistribuição com crescimento*, marco nas preocupações da pobreza absoluta e seus grupos-alvos (geralmente população camponesa). Conforme sustenta Pereira, esta é a base para a cientificação da pobreza, com o engajamento do banco na produção, compilação e disseminação de indicadores

5 As conhecidas instituições de Bretton Woods

econômicos, análises de *inputs-outputs* e de custo-benefício para lidar com a problemática (PEREIRA, 2016).

Contudo, era um contexto de ascensão da agenda neoliberal, baseado na ideia de ajuste fiscal, cortes de “gastos sociais”, privatização, abertura da economia, entre outras (KERSTENETZKY, 2012; SOUZA, 2009). Os anos 1980 e 1990 se colocam como um período marcado por grandes mudanças internacionais no que tange ao entendimento do papel do Estado, das economias nacionais e da modelagem de desenvolvimento produzido até então (CHANG, 2004; 2008; DINIZ, 2007; 2011). Nessa direção, a abordagem dos OIs passou a priorizar programas de compensação social para aliviar, de maneira seletiva e no curto prazo, a pobreza, por meio de fundos sociais de emergência e pela via de políticas focalizadas – um modelo de política social cujo princípio básico é o da substituição da oferta universal de bens e serviços públicos pelo atendimento a demandas específicas (PEREIRA, 2016, FAGNANI, 2009; 2017). Sob o Consenso de Washington, em especial na América Latina, programas de transferência de renda direcionados aos mais pobres, financiados pelas OIs e implementados geralmente por ONGs, associações locais, prefeituras e empresas privadas, proliferaram nesse período.

Com a virada do século XXI, as OIs passam a apontar a pobreza como algo multidimensional além da renda monetária, ligados às privações e às liberdades humanas. Contudo, cabia ao Estado atuar para ampliar as capacidades humanas dos pobres, de modo que lograssem seu desenvolvimento pessoal no âmbito do mercado (UGÁ, 2004). Com várias rodadas de debates sobre Direitos Humanos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶ e a Declaração do Milênio, são anunciados princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância etc. como objetivos-chaves de desenvolvimento, erradicação

6 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado em 1965 por meio de resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É a organização global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo desenvolvimento humano.

da pobreza, proteção do meio ambiente, promoção dos direitos humanos, democracia, entre outros.

Subscritos pelos 189 Estados-membros da Assembleia da ONU (a Cúpula do Milênio), os ODMs expunham as metas que seriam perseguidas pelos países até 2015.⁷ A partir do vencimento do período de execução dos ODMs em 2015, chefes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros integrantes da Assembleia Geral da ONU adotaram o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. No documento, os membros reconhecem “a erradicação da pobreza” como prioritária, sendo que todas as suas formas e dimensões deveriam ser combatidas. Integram a Agenda 2030 um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que se tornaram vigentes a partir de 2016 até 2031.

A partir de então a agenda tem sido orientadora das ações de combate à pobreza em um número expressivo de países. Contudo, cabe a cada Estado organizar a implementação da agenda, incluindo em seus planos nacionais, organizando com os órgãos e agências executoras. Nesse processo, cada país tem desenvolvido

7 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são metas socioeconômicas que os países componentes ONU se comprometeram a atingir até o ano de 2015. São oito os objetivos principais e, em cada um deles, há metas estabelecidas para serem alcançadas dentro de alguns anos. São eles: 1)- erradicar a pobreza extrema e a fome (metas: reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a 1 dólar/dia e a proporção de pessoas que sofrem de fome); 2) atingir o ensino básico universal (meta: garantir que meninos e meninas concluam o ensino fundamental); 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (meta: eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio, num primeiro momento, e em todos os níveis até 2015); 4) reduzir a mortalidade infantil (meta: diminuir em 1/3 a mortalidade de crianças menores de cinco anos); 5) melhorar a saúde materna (meta: reduzir em 75% as taxas de mortes maternas); 6) combater o HIV/aids, a malária, a tuberculose, entre outras doenças (meta: de ter e reduzir a propagação destas e de outras doenças); 7) Garantir sustentabilidade ambiental (meta: inserir os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e inverter a perda de recursos ambientais); 8)- estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (metas: desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto com regras e mecanismos que garantam a previsibilidade e a não-discriminação das nações pobres, atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos para que exportem seus produtos sem sofrer perdas tarifárias, atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar, tornar as dívidas dos países em desenvolvimento sustentáveis a longo prazo, etc.).

uma trajetória própria de implementação das ações de combate à pobreza. Como veremos, a trajetória da China de mobilidade social está ligada a um amplo processo de reconstrução nacional e modernização, mas que cada vez mais se articula à agenda da ONU sem comprometer sua soberania e estratégia de desenvolvimento.

3 Um panorama das ações chinesas de combate à pobreza

O longo *Século de Humilhações* fez da China um dos países mais pobres do mundo. O produto interno bruto da China foi de US\$ 60 per capita em 1949, cerca de metade da média de países asiáticos, enquanto a expectativa de vida era de apenas 35 anos. Foram desorganizadas tanto as capacidades estatais e governamentais, quanto produtivas (DU *et al.*, 2013).

Não por outra razão, uma das bandeiras que mobilizou a revolução foi o acesso a alimentos, ou como destacamos, “uma tigela de ferro de arroz” para cada chinês. Por isso, no primeiro período, as políticas estatizantes e a reforma agrária promovidas sob a liderança de Mao, lançaram as bases da reconstrução nacional (DU *et al.*, 2013). Assim, o país avançou na direção de combater doenças infecciosas e parasitárias graves, associadas à pobreza da época, provocando rápida queda nas taxas de mortalidade (URIO, 2019).

Como toda revolução, as transformações foram atravessadas por contradições tanto no período do Grande Salto em Frente (1958 - 1962) como da Revolução Cultural (1966 - 1976). No Grande Salto, ocorreu a chamada “grande fome”,⁸ entre 1958 e 1961, vitimando muitos chineses. Entre os efeitos decorrentes da queda na ingestão de nutrientes, podemos destacar a diminuição no crescimento e desenvolvimento das crianças. Em Jinan, em alunos de 14 anos em média eram 5,8 cm mais baixos e 4,8 kg mais leves em 1962 do que em 1956, e aos 15 anos os alunos eram 7,6 cm mais baixos e 4,7 kg mais leves em 1962 do que em 1956 (DU *et al.*, 2013). Durante a Revolução Cultural (1966 - 1976), a insegurança alimentar persistiu.

8 Termo utilizado para se referir a carência de alimentos decorrido dos desajustes econômicos da política do Grande Salto em Frente (MENG, QIAN, YARED; 2015).

Foram as políticas de Quatro Modernizações e de Reforma e Abertura do final da década de 1970 que levou o país a uma nova rota de transformações econômicas e de modernização, impulsionada, inclusive, pelas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Na agricultura as reformas consistiram: i) na eliminação das comunas agrícolas, gerando maior liberdade para as famílias rurais produzirem e comercializarem seus produtos; ii) no aumento e liberação gradual dos preços dos produtos primários pelas autoridades chinesas; iii) na realização de um intenso programa de modernização dos insumos agrícolas contando com financiamento externo (LEÃO, 2012).

Foi nesse quadro que as políticas de erradicação da pobreza iniciaram seu processo de institucionalização (DU *et al.*, 2013). Tais políticas, passaram a se nortear por quatro questões essenciais: i) a identificação da população objeto da erradicação da pobreza; ii) os mecanismos institucionais para implementar as políticas; iii) a formatação das políticas públicas para superar a condição de pobreza; iv) e a definição de um cronograma e período de amortecimento e implementação estrita da avaliação de tais programas (LIU *et al.*, 2019).

Conforme Liu *et alli* (2019), a construção das políticas de erradicação da pobreza na China pode ser compreendida em quatro períodos. No primeiro período (1978 - 1985), medidas de alívio da pobreza foram centradas em resolver o problema do abastecimento insuficiente de alimentos e roupas – sobretudo nas áreas rurais. Na segunda fase (1986 - 2006), a redução da pobreza voltou-se para o fornecimento de crédito para famílias pobres e construção de infraestrutura e extensão de tecnologias para o campo. Em um terceiro momento (2007 - 2012), o governo passou a investir na ampliação do sistema de seguridade social. Desde 2013, tem-se a última fase, cujas políticas de redução da pobreza passaram a ser mais focalizadas, para dar conta de famílias pobres residuais (LIU *et al.*, 2019).

Sob a liderança de Xi Jinping, a agenda teve um novo avanço em sua modelagem: foi-se enfatizado o cumprimento de cronogramas de políticas de erradicação da pobreza por parte das lideranças e comitês partidários, bem como da burocracia em todos os níveis. Ou seja, os “comitês partidários e os governos de todos os

níveis devem agir com convicção”, enviando os “primeiros secretários partidários” às aldeias pobres, fortalecendo as “organizações partidárias de base” e, inclusive, utilizando o desempenho dessas organizações como critérios “de seleção e nomeação de quadros” (JINPING, 2018, p. 96 - 114).

Toda a mobilidade social na China está vinculada ao amplo processo de desenvolvimento, refletido de uma maneira geral nas melhorias nas condições de vida, infraestrutura e serviços públicos. Por exemplo, a proporção da população rural pobre que recebe água potável aumentou de 81% em 2013 para 89,2% em 2017. Em termos de infraestrutura, a proporção de famílias pobres em aldeias com TV a cabo aumentou de 79,6% para 96,9% entre 2013 e 2017. Além disso, a proporção de pessoas pobres em aldeias naturais com acesso à Internet cresceu de 41,5% para 87,4% entre 2013 e 2017. Em relação aos serviços públicos, a proporção da população pobre nas aldeias com acesso a serviços de transporte como ônibus, aumentou de 56,1% para 67,5% entre 2013 e 2017; a proporção de pessoas rurais em aldeias naturais com uma escola primária avançou de 79,8% em 2013 para 88% em 2017; e a proporção da população rural pobre nas aldeias com uma clínica de saúde próxima aumentou de 84,4% em 2013 para 92,2% em 2017.⁹

Foi o último Plano Quinquenal (2016 - 2020), contudo, que erradicou os 4,5% da população em extrema pobreza, ou cerca de 43 milhões de pessoas. Ao concretizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, Xi Jinping sentenciou que acabar com tal situação, melhorar a vida do povo e materializar a prosperidade comum são as exigências básicas do socialismo e uma importante missão do PCCh (JINPING, 2018), desde a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949. Ou seja, não apenas a China tem sido o principal responsável pela erradicação da pobreza no mundo, como esta tem se dado sem adesão acrítica às orientações das OIs, sobretudo àquelas de conteúdo liberalizante.

9 Ver National Bureau of Statistics of China. *Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2018 National Economic and Social Development*, disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201902/t20190228_1651335.html. Acesso em 10/01/2022.

4 A China, a governança mundial e a agenda 2030

A ascensão da China tem representado a recuperação de sua centralidade e, junto com os países do Leste da Ásia, provocado uma mudança profunda de distribuição de riqueza e poder no sistema internacional. Não é exagerado dizer, segundo Losurdo (2015), que representa uma disjuntiva em relação à “época colombiana” imposta por meio da força do colonialismo e do imperialismo a partir da expansão europeia iniciada com as Grandes Navegações.

O acelerado desenvolvimento da China após a política de Reforma e Abertura desencadeada no final da década de 1970 representou uma correção de rumos da modernização socialista, bem como uma reorientação da inserção internacional do país asiático. A retomada do assento no Conselho de Segurança da ONU (1971), na esteira da aproximação com os EUA, permitiu superar o isolamento diplomático. Entre os anos 1980 até o ingresso na OMC (2001), no contexto adverso de colapso do socialismo real, o país tornou-se membro de praticamente todas as OIs.

No século XXI, o engajamento internacional chinês tem se aprofundado. Sua estratégia é multifacetada, pois inclui apoio a acordos internacionais alinhados com seus objetivos e normas, como o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, sem aderir a agendas que considere divergentes de seus interesses. O fato é que a China se tornou uma força poderosa na governança global, tensionando o *status quo* inclusive, no sentido de reformar algumas OIs, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao mesmo tempo, Pequim trabalha para construir espaços de atuação alternativos, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB), por exemplo. Assim, na linha de Zhao (2016), a China é uma potência insatisfeita não com a ordem atual, mas com sua posição nesta ordem, ou seja, engajando-se em reformas para revisar, em vez de reescrever as normas e princípios.

Mas o que chama a atenção é que a China tem ampliado o protagonismo para incorporar e difundir determinadas agendas internacionais. O país oriental já é o 2º que mais contribui para o orçamento da ONU e, de longe, o que mais participa de suas operações de paz, incluindo o Fundo de Paz e Desenvolvimento

China-ONU.¹⁰ Com a pandemia, a China ampliou seu protagonismo, anunciando a vacina como “bem público mundial” e auxílio U\$ 2 bilhões para países periféricos. Os EUA sob Trump, por seu turno, priorizaram culpabilizar a China e desacreditar a Organização Mundial de Saúde, ao invés de assumir as atribuições que caberiam ao *hegemon*. Isso sinaliza que Pequim se engaja na governança mundial, integrando-se às OIs, enquanto os Washington perdem capacidade de liderar o mundo num contexto de grandes adversidades sanitárias e, com efeito, socioeconômicas. Isso só reforça a fragilidade das abordagens que consideravam a China uma potência revisionista.

Nesse sentido, o caso da Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável reforça a hipótese do presente artigo. Senão vejamos o relatório *China's National Plan on Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*¹¹, de 2016. O documento destaca como pensamentos orientadores: i) desenvolvimento orientado para promover inovações na teoria, instituição, ciência e tecnologia e cultura; ii) desenvolvimento coordenado por meio da cooperação regional, integração urbana e rural, material e espiritual; iii) desenvolvimento verde através da conservação de recursos e proteção ambiental com aumento dos níveis de produção e melhora dos padrões de vida; iv) desenvolvimento aberto de modo a promover o benefício mútuo e a cooperação ganha-ganha; v) desenvolvimento compartilhado focado em garantir as necessidades básicas para todos. Além disso, estabelece o compromisso de salvaguardar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e construir um novo tipo de relações internacionais que caracterizam um ambiente global harmonioso para a implementação da Agenda 2030.

No mesmo relatório, o governo chinês especifica como os 17 ODS e suas 169 metas foram convertidos em políticas públicas a partir do 13º Plano Quinquenal, de modo a implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, salvaguardando as condições nacionais e respectivas capacidades. Com efeito, o governo

10 Ver CPT (2016).

11 Ver China (2016).

da China formulou diversas políticas, tais como: o Esboço Nacional para Estratégia de Desenvolvimento Orientado à Inovação; o Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola Sustentável (2015-2030); o Esboço Nacional para Estratégia de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação; a Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh) e do Conselho de Estado sobre como vencer a dura batalha na redução da pobreza e o esboço de uma China saudável (2030); a Estratégia e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade da China (2011 - 2030) e o Programa Nacional de Mudanças Climáticas (2014 - 2020).

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável avalia o progresso dos países em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,¹² mostra os avanços da China em relação aos ODS. Não são poucos, todavia, os desafios da China são importantes, considerando suas diversidades geográficas, tanto populacionais quanto territorial. Segundo os dados do mesmo relatório, os ODS de eliminação da pobreza e qualidade da educação alcançados; um avanço em outras questões sociais (combate à fome, igualdade de gênero, condições de trabalho, infraestrutura, qualidade das cidades); enquanto os principais desafios se relacionam ao meio ambiente (sobretudo redução da biodiversidade) e apesar do grande avanço em água potável e saneamento.

Além das políticas domésticas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem feito parte de algumas das principais iniciativas globais da China, como a Iniciativa Belt and Road, o Fundo China-ONU para a Paz e o Desenvolvimento e o Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul. A Belt and Road, já foi dito, é uma espécie de projeto chinês de globalização (PAUTASSO; DORIA; NOGARA, 2020) e crucial em atender à busca de Pequim por liderança na governança global (LY, 2020).

No caso da cooperação internacional e no âmbito da *Belt and Road*¹³ em específico, o relatório cita, primeiramente, o caso da

12 Esses indicadores são baseados em Sachs *et al.* (2021).

13 Essa iniciativa chinesa é de grande abrangência, pois envolve mais de 150 países, mecanismos de cooperação multilateral, instituições de financiamento e organismos internacionais.

ferrovia Mombasa-Nairobi, de 472 km inaugurada em 2017, cuja redução dos custos em logística foi de cerca de 40%, tendo contribuído com 1,5% do crescimento do PIB do Quênia, portanto, crucial no desenvolvimento e conectividade na África Oriental. Em segundo lugar, a *China Railway Express* para a Europa, impulsionando o desenvolvimento do interior da Eurásia e conectando 62 cidades chinesas com 53 cidades em 16 países europeus, com tempo de viagem um terço menor e desembaraço aduaneiro com metade do tempo. Terceiro, no caso do porto de Gwadar, crucial para o desenvolvimento do Paquistão, há todo um plano de desenvolvimento infra estrutural, sem descuidar de ações em serviços de saúde e educação. Outro exemplo é o da Segunda Reunião Ministerial do Fórum da China e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) de 2018, a Agenda 2030 foi incorporada como núcleo na governança da BRI no subcontinente (LI; ZHU, 2019). Na mesma linha, grandes corporações chinesas de atuação global, grande parte delas estatais, também começaram a incorporar os ODS em suas práticas (YU *et al.*, 2020). Em suma, fica claro o intuito de Pequim de sofisticar sua atuação internacional, incorporando tais diretrizes, mas sem abrir mão de suas estratégias de desenvolvimento e inserção internacional.

5 Considerações finais

É fato inquestionável que, ao erradicar a pobreza em seu 13º Plano Quinquenal (2016 - 2020), a China realizou um dos maiores feitos da história contemporânea. Mais do que os 850 milhões de pessoas saídas da pobreza extrema, o país oriental tem apresentado uma das mais notáveis mobilidades sociais, expressa nas melhorias de renda per capita e das condições de vida, de uma maneira mais ampla. Mesmo as desigualdades, típicas de períodos de arrancada industrial, estão recuando há mais de uma década (segundo o índice de Gini).

Assim, um balanço das últimas quatro décadas deixa claro a centralidade do crescimento sustentado como força motriz do desenvolvimento e desta mobilidade social. Não foi decorrência de políticas públicas compensatórias caudatárias das OIs, muito

menos sob inspiração da agenda liberalizante. Ou seja, a China convergiu com a ONU na implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) dentro de sua estratégia de desenvolvimento nacional. Todavia, oportunamente, o governo de Pequim busca colher os frutos do cumprimento desta meta para impulsionar sua atuação na governança mundial, ao mesmo tempo em que garante visibilidade às suas realizações.

Em suma, não resta dúvida que é o reflexo de uma China mais assertiva e com maior protagonismo junto às OIs. Apesar da repercussão modesta na opinião pública ocidental, Pequim deve fortalecer seu engajamento junto à governança mundial, sobretudo no contexto de transição sistêmica e crise de legitimidade da liderança estadunidense. Obviamente que a ascensão da China tenciona as estruturas hegemônicas de poder sob liderança dos EUA desde o Pós-Guerra. Os desdobramentos desse novo balanço de poder representam o X da questão para as próximas décadas do sistema internacional.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

CHANG, H-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Maus samaritanos**: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

CHINA. **Poverty Alleviation**: China's Experience and Contribution: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing: Foreign Languages Press, 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/download/2021-4-6/FullText.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

_____. **China's National Plan on Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Beijing: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/specials/China'sNationalPlanonimplementationofagenda\(EN\).pdf](http://www.chinadaily.com.cn/specials/China'sNationalPlanonimplementationofagenda(EN).pdf). Acesso em: 23 fev. 2022.

CPT – China Power Team. Is China Contributing to the United Nations' Mission? **China Power**, [online], 07 mar. 2016. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-un-mission/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DINIZ, E. **Globalização, Estado e desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 04, p. 493 - 532, 2011.

DU, S. F. *et al.* China in the period of transition from scarcity and extensive undernutrition to emerging nutrition-related non-communicable diseases, 1949-1992. **Obesity Reviews**, Londres, 15/1, p. 08 - 15, 2013.

FAGNANI, E. Notas sobre a política social no Brasil (1988/2008). **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 710 - 712, 2009.

_____. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para discussão - Instituto de Economia - UNICAMP**, Campinas, n. 308, p. 21, 2017.

FIORI, José. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 77 - 106, 2007.

JINPING, Xi. **A governança da China**. Beijing: Foreign Language Press, 2018.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado de bem-estar social na Idade da Razão**: a reinvenção do Estado de bem-estar no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEÃO, Rodrigo. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 04, n. 03, p. 01 - 34, 2012.

LI, Yuanbo, ZHU, Xufeng. The 2030 Agenda for Sustainable Development and China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. **Sustainability**, Basileia, n. 11, p. 01 - 22, 2019.

LIU, Mingyue *et al.* China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, Melbourne, v. 64, n. 1, p. 209 - 228, 2019.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Esquerda ausente**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

LY, Bora. China and global governance: Leadership through BRI, **Cogent Social Sciences**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 1 - 22, 2020.

MENG, Xin; QIAN, Nancy; YARED, Pierre The Institutional Causes of China's Great Famine, 1959-1961. **Review of Economic Studies**, London, n. 82, p. 1568 - 1611, 2015.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaió; NOGARA, Tiago. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. **Insight Inteligência**. v. 90, 2020, pp. 106-115.

PEREIRA, J.; M.; Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). **Revista História**, São Paulo, n. 174, p. 235 - 265, jan.-jun. 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REZENDE, M. J. Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano (PNUD/ONU). **Revista eletrônica de estudos latinoamericanos**, Ciudad de Mexico, v. 13, n. 51, p. 32 – 51, abr.-jun., 2015.

SACHS, Nome *et al.* **A década de ação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: relatório de desenvolvimento sustentável. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SOUZA, Nelson do Rosário. de. **Sociologia política**. Curitiba: Lesde, 2009.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 55 – 62, 2004.

URIO, Paolo. **China 1949–2019: From Poverty to World Power**. Singapore: Springer Singapore, 2019.

YU, Siming *et al.* Adoption and Implementation of Sustainable Development Goals (SDGs) in China - Agenda 2030. **Sustainability**, Basileia, n. 12, p. 1 – 16, 2020.

WORLD Bank Country Director for China Martin Raiser’s Speech at the second Sustainable Development Forum. **The World Bank**, [online], 26 set. 2021. Speeches and Transcriptions. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2021/09/26/world-bank-country-director-for-china-martin-raiser-s-speech-at-the-second-sustainable-development-forum>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ZHAO, Suisheng. China as a Rising Power Versus the US-led World Order. **China’s Rising Role in Global Governance: Opportunities & Challenges**, Istambul, v. 1, n. 1, p. 13 – 21, 2016.